

Relatório  
de Gestão



# Sumário

Mensagem do presidente	06
Cenário econômico	08
Estrutura sistêmica	10
Nossa evolução	12
Governança corporativa	18
Demonstrações financeiras e contábeis	22
Parecer da auditoria	43
Parecer do Conselho Fiscal	45
Agência	46

Mensagem do presidente

# Ano de desafios

Parceria

O sistema cooperativo financeiro se desenvolve de forma robusta no Brasil nos últimos anos, apesar da desaceleração da economia brasileira desde 2014, quando o país não encontrou mais o ciclo benigno econômico por meio de uma retomada real de expansão. A realidade de cada cooperativa advém da capilaridade de sua carteira, em sintonia com as realidades dos negócios nos contextos regional e nacional. Com essa perspectiva, o Sicoob Mineiros enfrentou o desafio, herdado ainda de 2018, de atuar em um ecossistema econômico que ressente do fechamento de parte da unidade fabril da Brasil Foods (BRF) em Mineiros (GO). Para realizar um plano estratégico para 2019, se desenvolveram ações que possibilitaram enfrentar uma realidade econômica depressiva, pois o fechamento de parte da fábrica da BRF desencadeou um efeito dominó, derrubando toda cadeia produtiva ligada a ela, sendo que centenas de granjas de produção de carne de peru, que tinham como único comprador a BRF, tiveram um baque em seus negócios – refletindo diretamente no principal público – produtores rurais – que realiza negócios com a cooperativa. O trabalho de contenção desse impacto foi executado em 2019. A equipe Sicoob Mineiros realizou um trabalho de reorganização interna, buscando avançar na oferta de serviço já que, durante o ano, não houve segmento empresarial ou produto que tenha surpreendido de forma significativa nos resultados durante o período.

Aliás, se o contexto regional foi de recuperação, o nacional foi de adaptação. Em 2019, registra-se a nova sistemática adotada pelo Banco Central para reclassifi-

car o risco das operações, o que impacta diretamente no valor das provisões e consequentemente no resultado da cooperativa. Junto a essa mudança, o mercado de crédito no Brasil também passa por uma transformação significativa com a redução da taxa básica de juros ao piso histórico, modificando de forma substancial os modelos de negócios do setor bancário e cooperativo financeiro do país. A Selic nesse patamar elevou a oferta de crédito com taxas reduzidas, ampliando a concorrência no sistema financeiro, situação que de certa forma tem reflexo direto nos negócios e consequentemente nos resultados do Sicoob Mineiros.

Em 2019, a abertura na cooperativa da linha de crédito Custeio Agrícola aumentou a oferta de financiamentos com taxas atrativas aos nossos cooperados. Dentro do planejamento, esse ciclo também foi de preparação do Sicoob Mineiros para um processo de ampliação em 2020, com estudos de viabilidade já realizados – a depender, claro, de como será o desempenho da economia durante o ano.

Destacamos que neste processo de amadurecimento e ainda de efeitos diretos do fechamento da fábrica da BRF, tivemos sempre acompanhamento e apoio direto da nossa Central Sicoob Uni, um dos destaques nacionais do sistema Sicoob em gestão, além do nosso corpo diretivo, colaboradores e, principalmente, do cooperado, que tem sido fundamental neste momento de transformação do nosso modelo de negócios. Fechamos 2019 melhores do que começamos e prontos para qualquer desafio.

**Augusto de Oliveira Carvalho**  
Presidente do Sicoob Mineiros

Cenário econômico

# Ano das cooperativas financeiras

O ano de 2019 será lembrado na história do setor de crédito como um ano em que as cooperativas financeiras reforçaram e consolidaram seu posicionamento e seus diferenciais para o mercado nacional. Neste ano, as vantagens comparativas foram expostas e o 'usuário' do sistema financeiro, cooperado ou cliente, se viu no espelho e diante de realidades bem distintas. Se por um lado, o setor cooperativo dá mais opções, com mais agências, mais serviços e menos custos, fica claro a estratégia do outro lado, que é reduzir custos, menos agências, mais tarifas, menos atendimento.

O Sicoob é personalista. Para as cooperativas financeiras, o valor está no cooperado, na satisfação, na opção de ter o melhor digital e também o atendimento personalizado na cooperativa. Por isso temos um engajamento espontâneo. O nosso cooperado é nosso maior promotor.

O Sicoob é regionalista. Cada real captado é aplicado na região de abrangência daquela cooperativa - seja por crédito ou por distribuição das sobras ('lucro').

O Sicoob é barato. Enquanto os concorrentes precisam de regras para baixar suas taxas, só para citar um exemplo, o cheque especial, a cooperativa já trabalhava, em média, abaixo deste novo piso estipulado. Só um exemplo em dezenas. O Sicoob é justo. Essa é a maior bandeira da cooperativa, o que tantos tentam e nenhum faz (a não ser propaganda), ser próximo e justo com seu cooperado. O que podemos dizer é que, em 2019, esses princípios ficaram mais claros. Isso vale mais que qualquer balanço positivo ou peça publicitária.

Somos fortes na base, espontaneamente e com uma relação limpa e direta. É uma conquista histórica e mérito de tantos líderes do nosso setor.

Outro ponto importante é quanto à transparência e gestão. O Sicoob não tem números fechados. Todos são abertos. Também é, esta confiança conquistada, mais um dos aspectos que fizeram as cooperativas Sicoob manterem forte ritmo de expansão em 2019. Mais serviços, mais ativos, mais portfólio, mais associados, mais resultados.

O cooperado sabe que, antes de tudo, vai encontrar justiça financeira e transparência no Sicoob.

Talvez sejam as cooperativas financeiras um dos poucos setores que fecharam 2019 comemorando números positivos, mas a Central Sicoob Uni e suas singulares foram além, consolidaram uma reestruturação e implantaram um planejamento estratégico que possibilitará um avanço de dois dígitos por vários anos.

Neste processo evolutivo, cabe ressaltar

as competências das diretorias executivas das nossas singulares, dos nossos colaboradores e do cooperado que, em sinergia e convergência de objetivos, transformaram um plano de trabalho em um projeto real.

Agradecemos a todos, pois um trabalho coletivo é capaz de ajudar a modificar, para melhor, o sistema financeiro brasileiro.

Solidariedade

# ESTRUTURA SISTÊMICA

CONFEDERAÇÃO / BANCOOB

PONTA ADMINISTRADORA  
SICOOB SEGURADORA  
BANCOOB DTVM  
CABAL BRASIL  
SICOOB PREVI

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



## Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

## Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

## Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

## Valores

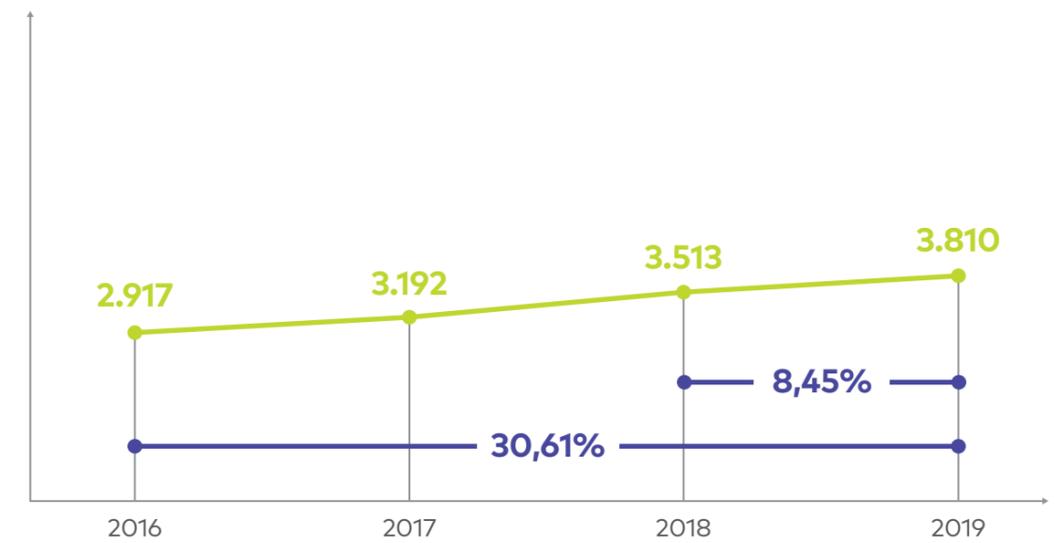
Respeito e Valorização das Pessoas;  
Cooperativismo e Sustentabilidade;  
Ética e Integridade;  
Excelência e Eficiência;  
Liderança Responsável;  
Inovação e Simplicidade.

Nossa evolução

# Desenvolvimento em todos os números

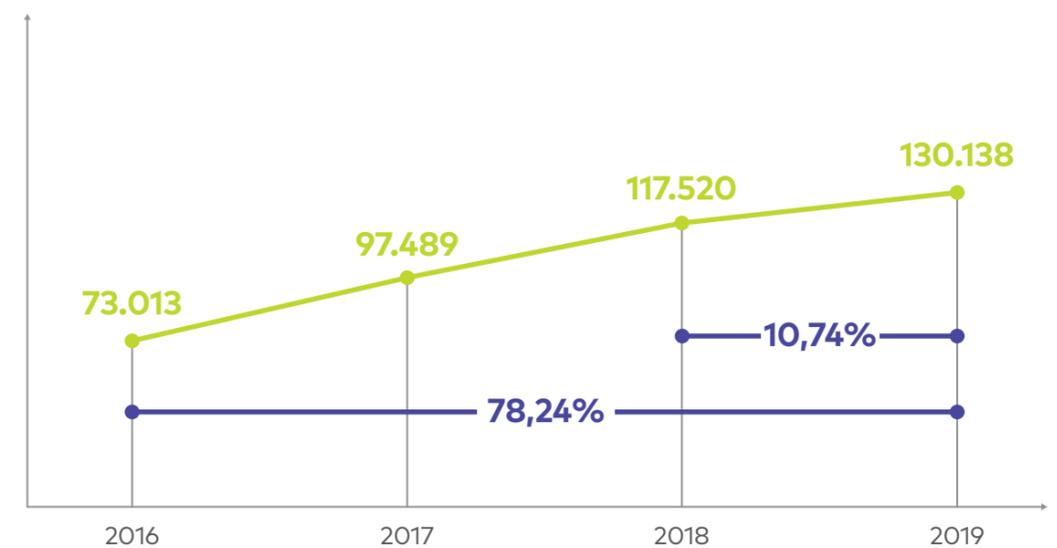


## COOPERADOS



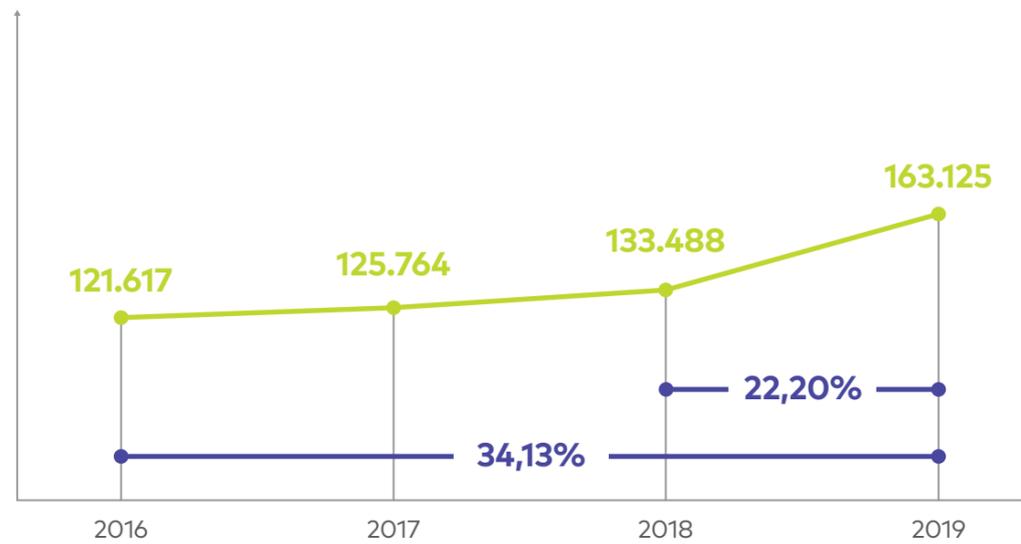
## DEPÓSITOS TOTAIS

EM R\$ MIL



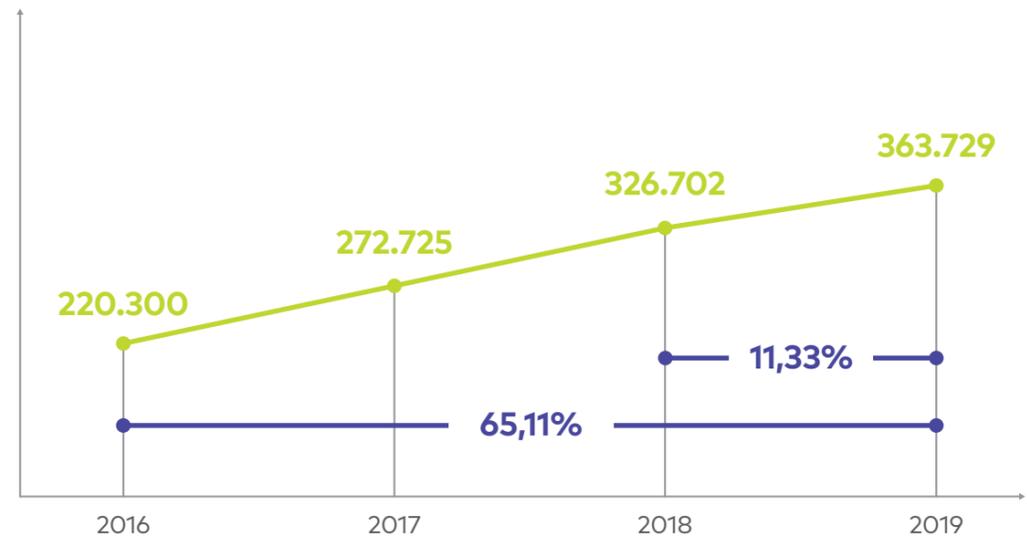
## CARTEIRA DE CRÉDITO

EM R\$ MIL



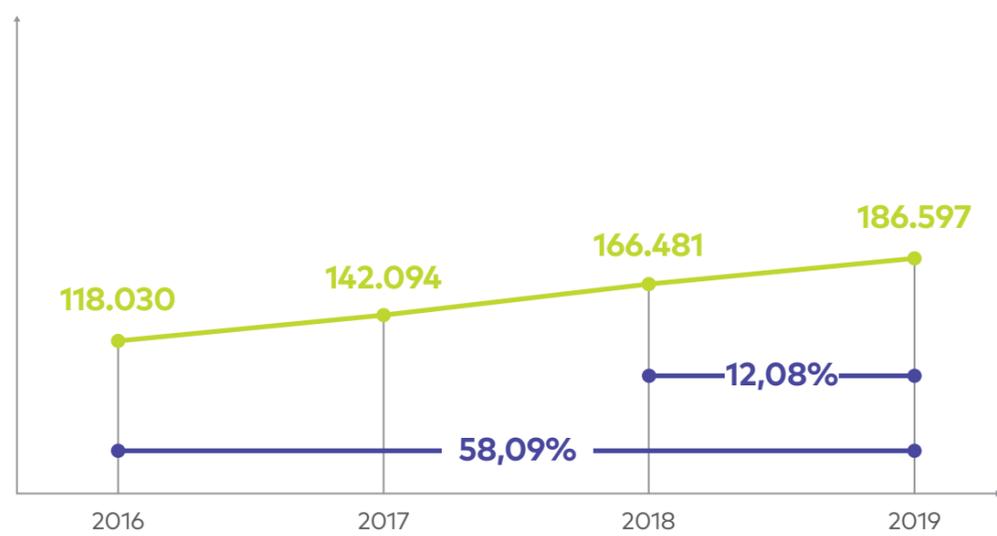
## ATIVO TOTAL

EM R\$ MIL



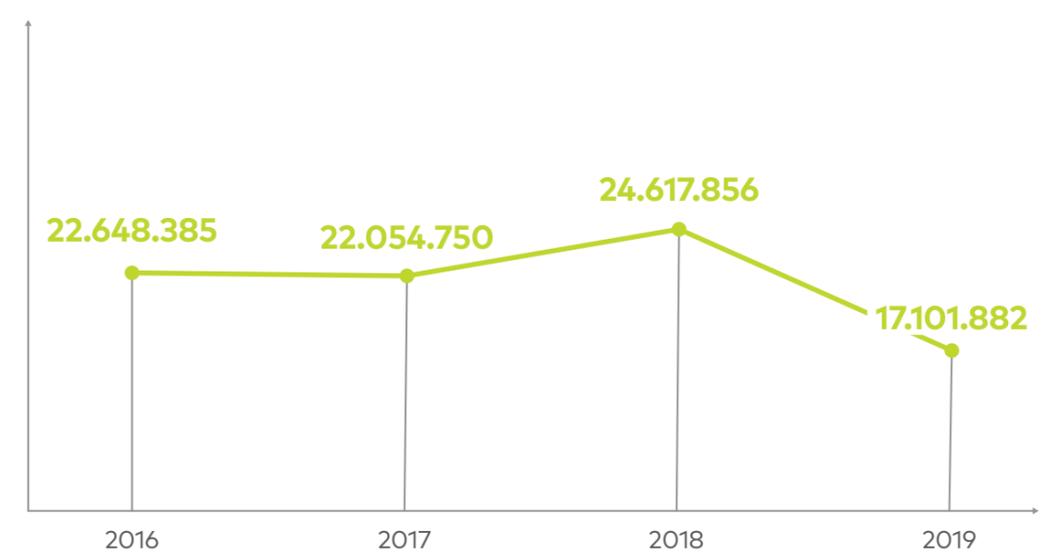
## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL

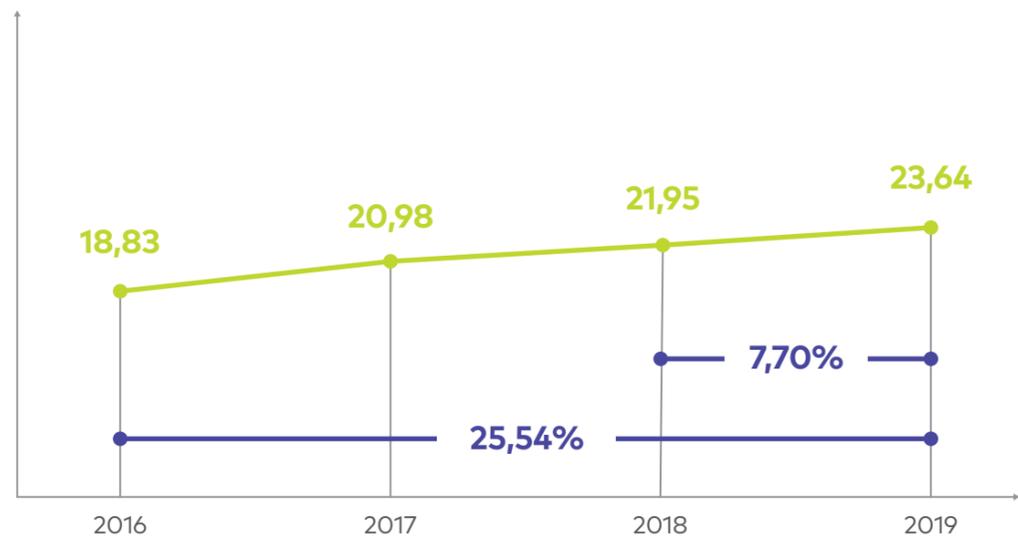


## SOBRAS DO EXERCÍCIO

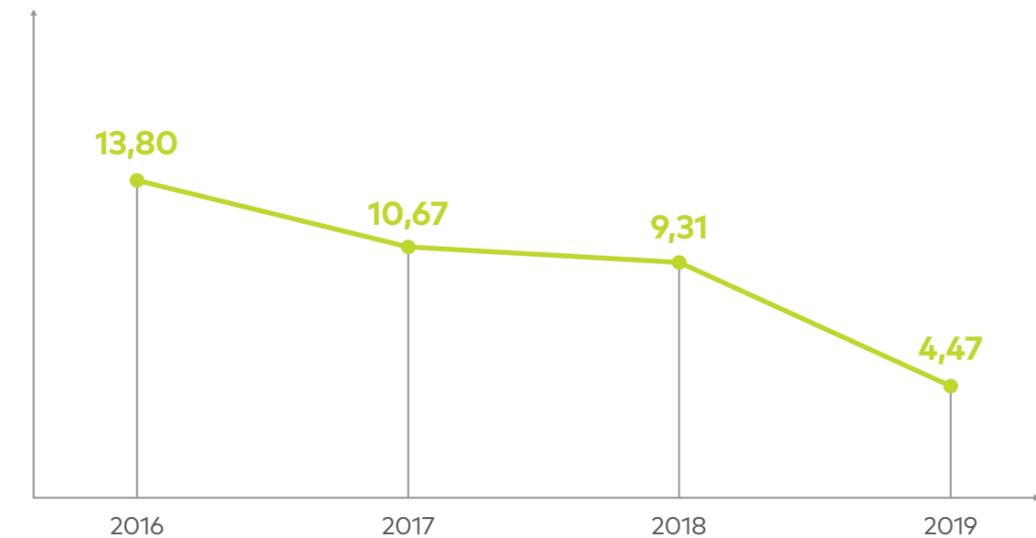
EM R\$ MIL



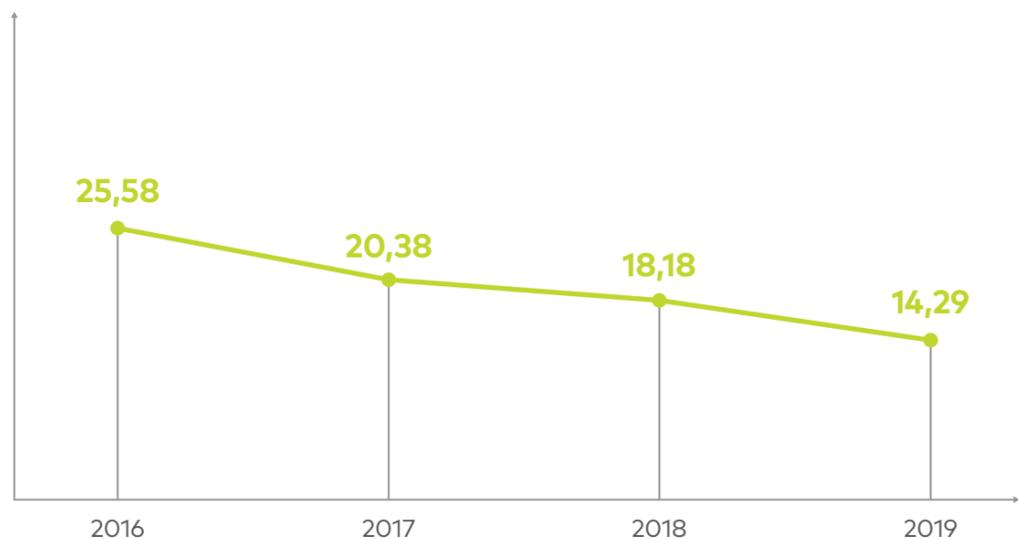
## ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO



## RENTABILIDADE DO ATIVO: ROA



## RENTABILIDADE DO PL (-JCP): ROE



## GANHO SOCIAL - RENDA AGREGADA 2019

GANHO ECONÔMICO DO COOPERADO - COMPETÊNCIA 2019				
PRODUTOS	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB MINEIROS Taxa Média Mensal	VALOR ECONOMIZADO	
			POR PRODUTO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,57%	5,70%	R\$ 6.809.148	R\$ 6.809.148
EMPRÉSTIMOS	3,00%	2,02%	R\$ 10.140.182	R\$ 16.949.331
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,57%	1,29%	R\$ 27.266	R\$ 16.976.597
TARIFAS PF*	R\$ 52,96	R\$ 2,88	R\$ 1.943.562	R\$ 18.920.158
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,34%	8,21%	R\$ 148.068	R\$ 19.068.227
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,77%	6,83%	R\$ 14.525	R\$ 19.082.752
CONSÓRCIO² IMÓVEIS	18,42%	14,16%	R\$ 250	R\$ 19.083.002
CONSÓRCIO² CAMINHÕES	12,93%	N/D	R\$ 0	R\$ 19.083.002
CONSÓRCIO² VEÍCULOS	13,17%	10,26%	R\$ 208	R\$ 19.083.210
CONSÓRCIO² MOTOS	14,82%	N/D	R\$ 0	R\$ 19.083.210
CONSÓRCIO² OUTROS BENS	14,91%	N/D	R\$ 0	R\$ 19.083.210
CONSÓRCIO² SERVIÇOS	15,01%	10,17%	-R\$ 7	R\$ 19.083.203
CHEQUE ESPECIAL - PJ	13,15%	5,70%	R\$ 1.517.090	R\$ 20.600.293
TÍTULOS DESCONTADOS	2,39%	1,66%	R\$ 2.166.733	R\$ 22.767.026
DEPÓSITOS A PRAZO	0,44%	0,46%	R\$ 105.608	R\$ 22.872.634
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,06%	1,29%	-R\$ 1.967	R\$ 22.870.667
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,14%	1,00%	R\$ 14.684	R\$ 22.885.351
TARIFAS PJ*	R\$ 93,75	R\$ 5,20	R\$ 612.067	R\$ 23.497.418
ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR)	2,11%	1,79%	R\$ 63.410	R\$ 23.560.828
ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR)	3,66%	2,86%	R\$ 86.021	R\$ 23.646.849
ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR)	5,29%	3,54%	R\$ 140.806	R\$ 23.787.655
ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO)	R\$ 0,04	R\$ 0,03	R\$ 695.771	R\$ 24.483.427
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS			R\$ 17.101.882	R\$ 41.585.308
		PARA OS ACIONISTAS		
		PARA OS COOPERADOS		
COOPERADOS SICOOB MINEIROS				3.810
<b>RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO</b>				<b>R\$ 10.915</b>

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

Nota: Taxas do SFN (média do período).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest.

\*Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 2013).

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm: médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

\*Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

# Governança corporativa

## Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e con-

troles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das

discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;
- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;
- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:
  - Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
  - Auditorias – interna e externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em con-

formidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

## Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

### 1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração

relativamente ao exercício social anterior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:

- relatório da gestão;
- demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
- demonstrativo dos resultados – das sobras ou perdas apuradas.
- destinação dos resultados;
- eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
- reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

### **2 Conad – Conselho de Administração:**

O Conad, composto de 9 membros efetivos com mandato de 3 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

### **3 Direx – Diretoria Executiva:**

A Direx, composta de 2 membros – Diretor Administrativo e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

### **4 Cofis – Conselho Fiscal:**

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3

anos, compete a fiscalização da sociedade.

### **5 Gestão da Ética:**

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

### **6 Ouvidoria:**

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

### **7 Controle Interno:**

Controle interno consiste num conjun-

to de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

### **Principais objetivos dos controles internos e riscos**

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.

# Demonstrações financeiras e contábeis

## Balanço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		<b>316.598.494</b>	<b>295.235.657</b>	<b>Circulante</b>		<b>176.289.291</b>	<b>159.583.464</b>
Disponibilidades	04	797.474	1.645.933	Depósitos	10	130.138.424	117.520.939
Relações Interfinanceiras		184.162.792	174.963.196	Depósitos à Vista		78.358.688	65.866.222
Centralização Financeira		184.162.792	174.963.196	Depósitos Sob Aviso		713.954	654.447
Operações de Crédito	05	129.719.239	111.640.850	Depósitos a Prazo		51.065.782	51.000.270
Operações de Crédito - Setor Privado		136.368.363	114.913.933	Relações Interfinanceiras	11	35.942.643	33.707.509
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(6.649.124)	(3.273.083)	Recursos do Bancoob		37.222.473	37.241.505
Outros Créditos	06	1.360.790	6.515.300	Despesas a Apropriar Bancoob		(1.279.830)	(3.533.996)
Rendas a Receber		929.748	1.017.575	Relações de Interdependências	12	3.944	3.552
Diversos		431.042	5.497.725	Recursos em Trânsito de Terceiros		3.944	3.552
Outros Valores e Bens	07	558.199	470.378	Outras Obrigações	13	10.184.280	8.331.464
Bens Não de Uso		161.485	182.026	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.		98.110	95.514
Despesas Antecipadas		396.714	288.352	Sociais e Estatutárias	13a	4.505.526	4.972.063
				Fiscais e Previdenciárias	13b	1.502.772	922.658
				Diversos	13c	4.077.872	2.341.229
<b>Não Circulante</b>		<b>47.130.905</b>	<b>31.466.456</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>862.765</b>	<b>657.330</b>
Realizável a Longo Prazo		34.061.384	22.488.211	Provisão para Demandas Judiciais		650.664	657.330
Operações de Crédito	05	33.406.684	21.847.645	Relações Interfinanceiras		212.101	-
Operações de Crédito		36.471.085	22.778.450	Recursos do Bancoob		224.755	-
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(3.064.401)	(930.805)	Despesas a Apropriar Bancoob		(12.654)	-
Outros Créditos	06	654.700	640.566	<b>Patrimônio Líquido</b>	15	186.597.343	166.481.319
Outros Créditos		654.700	640.566	Capital Social		149.656.133	125.421.745
Permanente	08	13.069.521	8.978.245	Domiciliados no País		149.779.418	125.512.259
Investimentos		8.246.083	3.530.272	(Capital a Realizar)		-123.285	-90.514
Ações e Cotas		8.246.083	3.530.272	<b>Reservas de Sobras</b>		<b>31.408.163</b>	<b>33.397.808</b>
Imobilizado de uso	09	4.537.636	5.446.306	Fundo de reserva		21.262.044	19.349.036
Outras Imobilizações de Uso		2.083.860	5.047.990	Reservas Estatutárias		10.146.119	14.048.772
Imóveis de Uso		3.761.426	1.657.282	<b>Sobras Acumuladas</b>		<b>5.533.047</b>	<b>7.661.766</b>
(-) Depreciações Acumuladas		(1.307.650)	(1.258.966)				
Intangível		285.802	1.667				
Softwares		304.447	40.000				
(-) Amortizações Acumuladas		(18.645)	(38.333)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>363.729.399</b>	<b>326.702.113</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>363.729.399</b>	<b>326.702.113</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clarimundo Brandão Resende  
Diretor Administrativo

Antônio César Moura Moreira  
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

## Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	NOTA	1º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>15.998.808</b>	<b>32.059.258</b>	<b>30.481.612</b>
Operações de Crédito	17	15.951.356	31.917.004	30.091.542
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários				34.688
Rendas de Aplicações Compulsórias		47.452	142.254	355.382
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(5.919.434)</b>	<b>(11.307.423)</b>	<b>(6.783.696)</b>
Operações de Captação no Mercado	10b	(1.527.373)	(3.149.282)	(3.250.133)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.201.973)	(2.243.461)	(1.932.217)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.190.088)	(5.914.680)	(1.601.346)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>10.079.374</b>	<b>20.751.835</b>	<b>23.697.916</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>2.554.822</b>	<b>4.601.060</b>	<b>6.433.189</b>
Receitas de Prestação de Serviços		744.440	1.299.497	1.010.977
Receitas de Tarifas Bancárias		410.679	874.695	750.262
Despesas de Pessoal	18	(2.970.692)	(5.990.688)	(4.906.717)
Outras Despesas Administrativas	19	(2.307.654)	(4.567.132)	(3.951.628)
Despesas Tributárias		(66.896)	(134.081)	(100.146)
Outras Receitas Operacionais	20	1.991.279	3.293.938	3.173.159
Ingressos de Depósitos Interooperativos		6.146.473	12.545.663	11.412.649
Outras Despesas Operacionais		(1.392.807)	(2.720.832)	(955.367)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>12.634.196</b>	<b>25.352.895</b>	<b>30.131.105</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>(12.117)</b>	<b>(12.472)</b>	<b>7.867</b>
Receitas Não Operacionais	21	3.948,00	3.953,00	8.975,00
Despesas Não Operacionais		(16.064,75)	(16.425,00)	(1.108,00)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.</b>		<b>12.622.079</b>	<b>25.340.423</b>	<b>30.138.972</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>126.842</b>	<b>-</b>	<b>(251.237)</b>
Provisão para Imposto de Renda		74.776	-	(202.933)
Provisão para Contribuição Social		52.066	-	(48.304)
<b>JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>(8.238.541)</b>	<b>(8.238.541)</b>	<b>(5.269.880)</b>
<b>SOBRAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>4.510.380</b>	<b>17.101.882</b>	<b>24.617.855</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clarimundo Brandão Resende  
Diretor Administrativo

Antônio César Moura Moreira  
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	Capital Social	Reserva de Sobras		Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
		Fundo de Reserva	F.A.C		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>105.801.112</b>	<b>16.753.798</b>	<b>12.643.044</b>	<b>6.896.206</b>	<b>142.094.159</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	1.313.655	-	-	-	<b>1.313.655</b>
Incorporação de Sobras	19.530.502	-	-	(19.530.502)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	(5.348)	<b>(5.348)</b>
Reversão Rateio de Sobras 2017	-	-	(12.640.844)	12.640.844	-
Devolução de Capital	(5.739.949)	-	-	-	<b>(5.739.949)</b>
Estorno de Capital	-	(1.535)	-	-	<b>(1.535)</b>
Incorporação de Juros ao Capital	5.209.762	-	-	-	<b>5.209.762</b>
IRRF Sobre JCP	(693.336)	-	-	-	<b>(693.336)</b>
Reversão De Receitas Não Operacionais	-	42.851	-	(5.417)	<b>37.434</b>
Ajuste FATES	-	-	-	925.581	<b>925.581</b>
Sobras	-	-	-	24.617.856	<b>24.617.856</b>
<b>Destinação das Sobras:</b>	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	2.553.922	-	(2.553.922)	-
Fundo para Aumento de Capital	-	-	14.046.572	(14.046.572)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(1.276.961)	<b>(1.276.961)</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>125.421.745</b>	<b>19.349.036</b>	<b>14.048.772</b>	<b>7.661.765</b>	<b>166.481.319</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	1.130.012	-	-	-	<b>1.130.012</b>
Incorporação de Sobras	21.656.374	-	(14.046.571)	(7.609.803)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	(51.963)	<b>(51.963)</b>
Destinação das Sobras para Reserva Legal	-	-	-	-	-
Devolução de Capital	(5.464.018)	-	-	-	<b>(5.464.018)</b>
Estorno de Capital	-	-	-	-	-
Incorporação de Juros ao Capital	8.161.307	-	-	-	<b>8.161.307</b>
IRRF sobre juros ao Capital	(1.249.287)	-	-	-	<b>(1.249.287)</b>
Apropriação de Frações de Capital	-	68.659	-	-	<b>68.659</b>
Ajuste FATES	-	-	-	1.341.606	<b>1.341.606</b>
Sobras	-	-	-	17.101.882	<b>17.101.882</b>
<b>Destinação das Sobras</b>	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	1.844.349	-	(1.844.349)	-
Fundo para Aumento de Capital	-	-	10.143.919	(10.143.919)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(922.174)	<b>(922.174)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>149.656.133</b>	<b>21.262.044</b>	<b>10.146.120</b>	<b>5.533.047</b>	<b>186.597.343</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clarimundo Brandão Resende  
Diretor Administrativo

Antônio César Moura Moreira  
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

## Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>9.073.298</b>	<b>38.991.217</b>
<b>Sobras Antes da Tributação e Participações</b>	25.340.423	30.138.972
IRPJ / CSLL	-	(251.237)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	5.914.680	1.601.346
Provisão de Juros ao Capital	(8.238.541)	(5.269.880)
Depreciações e Amortizações	567.204	287.680
<b>Sobras Ajustadas</b>	<b>23.583.766</b>	<b>26.506.881</b>
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>	<b>(30.499.554)</b>	<b>(15.827.773)</b>
Operações de Crédito	(35.552.109)	(9.325.574)
Outros Créditos	5.140.376	(6.089.247)
Outros Valores e Bens	(87.821)	(412.952)
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>	<b>15.989.086</b>	<b>28.312.109</b>
Depósitos a Vista	12.492.465	15.525.384
Depósitos Sob Aviso	59.507	63.685
Depósitos a Prazo	65.512	4.441.917
Relações de Interdependências	392	597
Relações Interfinanceiras	2.447.235	8.600.078
Outras Obrigações	923.975	(319.552)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(4.658.478)</b>	<b>3.696.369</b>
Aumento dos Investimentos	(4.715.811)	3.898.662
Aquisições do Imobilizado	360.397	(202.627)
Intangível	(303.064)	334
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>3.936.316</b>	<b>1.046.264</b>
Integralizações de Capital	1.130.012	1.313.655
Devolução de Capital	(5.464.018)	(5.739.949)
Estorno de Capital	-	(1.535)
Distribuições de Sobras	(51.963)	(5.348)
Subscrição dos Juros ao Capital Líquido de IRRF	6.912.020	4.516.426
Ajuste FATES	1.341.606	925.581
Reversão De Receitas Não Operacionais	68.659	37.434
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)</b>	<b>8.351.136</b>	<b>43.733.850</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	176.609.129	132.875.279
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	184.960.265	176.609.129
<b>(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.351.136</b>	<b>43.733.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clarimundo Brandão Resende  
Diretor Administrativo

Antônio César Moura Moreira  
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

# Notas explicativas às demonstrações contábeis

Dos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018 – (em R\$)

## 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA - SICOOB MINEIROS** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **23/08/1988**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB MINEIROS** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MINEIROS-GO E PORTELÂNDIA - GO**.

O **SICOOB MINEIROS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03 de fevereiro de 2.020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de

cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

#### m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

### 4. Caixa e equivalente de caixa

As aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possuem características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	797.474	1.645.933
Relações interfinanceiras - centralização financeira (I)	184.162.792	174.963.196
<b>TOTAL</b>	<b>184.960.265</b>	<b>176.609.129</b>

(I) A aplicação em Relações Interfinanceiras referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto a SICOOB UNI conforme determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira totalizaram R\$ 184.162.792 em 2019 e R\$ 174.963.196 em 2018.

### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	74.355.906	16.695.919	<b>91.051.825</b>	<b>79.026.898</b>
Financiamentos	20.405.233	9.705.658	<b>30.110.890</b>	21.197.143
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	41.607.224	10.069.508	<b>51.676.732</b>	<b>37.468.342</b>
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>136.368.363</b>	<b>36.471.085</b>	<b>172.839.448</b>	<b>137.692.383</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.649.124)	(3.064.401)	<b>(9.713.525)</b>	(4.203.889)
<b>TOTAL</b>	<b>129.719.238</b>	<b>33.406.684</b>	<b>163.125.923</b>	<b>133.488.494</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	2.190.430	224.745	2.877.589	5.292.765		5.746.727	
A 0,5% Normal	33.462.360	12.453.589	23.316.401	69.232.351	(346.162)	42.095.409	(210.477)
B 1% Normal	19.429.047	7.820.706	11.278.534	38.528.287	(385.283)	53.765.215	(537.652)
B 1% Vencidas	196.574	-	-	196.574	(1.966)	170.303	(1.703)
C 3% Normal	15.733.611	5.049.310	8.656.059	29.438.981	(883.169)	22.050.099	(661.503)
C 3% Vencidas	737.583	50.401	109.786	897.771	(26.933)	366.253	(10.988)
D 10% Normal	10.726.354	3.855.446	3.775.945	18.357.744	(1.835.774)	9.307.648	(930.765)
D 10% Vencidas	988.103	157.443	122.815	1.268.360	(126.836)	619.185	(61.919)
E 30% Normal	2.432.820	104.845	819.265	3.356.930	(1.007.079)	1.532.408	(459.722)
E 30% Vencidas	223.194	-	-	223.194	(66.958)	298.213	(89.464)
F 50% Normal	880.203	94.831	243.776	1.218.810	(609.405)	458.337	(229.169)
F 50% Vencidas	472.737	-	85.720	558.458	(279.229)	288.074	(144.037)
G 70% Normal	248.175	-	27.404	275.579	(192.905)	231.577	(162.104)
G 70% Vencidas	129.724	9.676	-	139.400	(97.580)	195.163	(136.614)
H 100% Normal	2.658.830	70.939	363.438	3.093.206	(3.093.206)	272.159	(272.159)
H 100% Vencidas	542.080	218.958	-	761.038	(761.038)	295.614	(295.614)
<b>Total Normal</b>	<b>87.761.830</b>	<b>29.674.412</b>	<b>51.358.411</b>	<b>168.794.653</b>	<b>(8.352.984)</b>	<b>135.459.577</b>	<b>(3.463.550)</b>
<b>Total Vencidas</b>	<b>3.289.996</b>	<b>436.478</b>	<b>318.321</b>	<b>4.044.795</b>	<b>(1.360.540)</b>	<b>2.232.806</b>	<b>(740.338)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>91.051.825</b>	<b>30.110.890</b>	<b>51.676.732</b>	<b>172.839.448</b>	<b>(9.713.525)</b>	<b>137.692.383</b>	<b>(4.203.889)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(6.967.863)</b>	<b>(1.070.295)</b>	<b>(1.675.367)</b>	<b>(9.713.525)</b>		<b>(4.203.889)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>84.083.962</b>	<b>29.040.595</b>	<b>50.001.365</b>	<b>163.125.923</b>		<b>133.488.494</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	40.117.773	34.238.133	16.695.919	91.051.825
Financiamentos	4.808.425	15.596.808	9.705.658	30.110.890
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	7.706.885	33.900.339	10.069.508	51.676.732
<b>TOTAL</b>	<b>52.633.083</b>	<b>83.735.280</b>	<b>36.471.085</b>	<b>172.839.448</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rural	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.015.546	295.469	-	2.311.015,46	1%
Setor Privado - Serviços	10.701.628	4.127.657	-	14.829.284,39	9%
Pessoa Física	77.599.721	23.942.896	51.676.732	153.219.349,64	89%
Outros	734.930	1.744.868	-	2.479.798,24	1%
<b>TOTAL</b>	<b>91.051.825</b>	<b>30.110.890</b>	<b>51.676.732</b>	<b>172.839.448</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	4.203.888	4.431.327
Constituições	5.914.681	1.629.444
Transferência para prejuízo	(405.044)	(1.856.884)
<b>TOTAL</b>	<b>9.713.525</b>	<b>4.203.888</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.117.689	2%	3.119.208	2%
10 Maiores Devedores	22.007.447	13%	16.698.230	12%
50 Maiores Devedores	65.255.544	38%	48.690.393	35%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	3.242.321	2.856.688
Valor das operações transferidas no período	405.044	1.856.884
Valor das operações recuperadas no período	(623.472)	(1.471.250)
<b>TOTAL</b>	<b>3.023.894</b>	<b>3.242.321</b>

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Rendas a Receber</b>	<b>929.748</b>	-	<b>1.017.575</b>	-
<b>Diversos</b>	<b>431.042</b>	-	<b>5.497.725</b>	-
Adiantamentos e antecipações salariais	1.073	-	26.112	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.005	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	10.191	-
Devedores por depósitos em garantia (I)	-	654.700	-	640.566
Impostos e contribuições a compensar	50.108	-	-	-
Títulos e créditos a receber (II)	271.568	-	5.461.231	-
Devedores diversos - país	106.288	-	192	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.360.791</b>	<b>654.700</b>	<b>6.515.301</b>	<b>640.566</b>

(I) Devedores por depósitos em garantia correspondem aos depósitos judiciais caucionados para questionamento sobre a legalidade da inclusão dos ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo do PIS e COFINS.

(II) Em Títulos e Créditos a Receber está registrada a restituição das cotas-partes de capital (R\$ 5.267.265) mantida no Sicoob Goiás Central, conforme acordo extrajudicial entre as partes firmado em julho/2018. O valor foi integralmente recebido em fevereiro de 2019.

## 7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	161.485	182.026
Despesas Antecipadas (II)	396.714	288.352
<b>TOTAL</b>	<b>558.199</b>	<b>470.378</b>

(I) Está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

(II) Referem-se às despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, imposto predial e territorial urbano.

## 8. Investimentos

O saldo é representado por quotas da Central Sicoob Uni e ações do Bancoob.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito - Central Sicoob Uni	5.660.429	944.618
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	2.585.654	2.585.654
<b>TOTAL</b>	<b>8.246.083</b>	<b>3.530.272</b>

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos		1.657.282	1.657.282
Edificações	4%	2.104.144	-
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(538.626)	-
Instalações	10%	-	2.102.144
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-	(460.588)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	521.441	464.119
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(242.498)	(214.650)
Sistema de Comunicação	20%	24.378	24.378
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.452.840	2.371.552
Sistema de Segurança	10%	85.202	85.796
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(526.526)	(583.726)
<b>TOTAL</b>		<b>4.537.636</b>	<b>5.446.307</b>

## 10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base

no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	78.358.688		65.866.223	
Depósito Sob Aviso	713.954	1,12%	654.447	1,12%
Depósito a Prazo	51.065.782	0,36%	51.000.270	0,47%
<b>TOTAL</b>	<b>130.138.424</b>		<b>117.520.940</b>	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	4.313.921	3%	3.295.600	3%
10 Maiores Depositantes	28.184.733	22%	19.785.768	17%
50 Maiores Depositantes	57.854.756	45%	49.219.309	42%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(77.263)	(69.616)
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.828.340)	(2.968.295)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(243.679)	(212.222)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.149.282)</b>	<b>(3.250.133)</b>

## 11. Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>	<b>35.942.643</b>	<b>33.707.509</b>
Recursos do Bancoob	37.222.473	37.241.505
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(1.279.830)	(3.533.996)
<b>Não Circulante</b>	<b>212.101</b>	<b>-</b>
Recursos do Bancoob	224.755	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(12.654)	-
<b>TOTAL</b>	<b>36.154.744</b>	<b>33.707.509</b>

## 12. Relações de Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (I)	3.944	3.552
<b>TOTAL</b>	<b>3.944</b>	<b>3.552</b>

(I) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

### 13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>	<b>10.184.279</b>	<b>8.331.463,62</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	98.109	95.514
Sociais e Estatutárias (a)	<b>4.505.526</b>	<b>4.972.063</b>
Fiscais e Previdenciárias (b)	<b>1.502.772</b>	<b>922.658</b>
Diversas (c)	<b>4.077.872</b>	<b>2.341.228</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>650.664</b>	<b>657.329</b>
Provisão para Demandas Judiciais	650.664	657.329,
<b>TOTAL</b>	<b>10.834.943</b>	<b>8.988.793</b>

#### a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (I)	2.895.919	3.334.314
Resultado de Atos com Não Associados	1.475.099	1.475.099
Cotas de Capital a Pagar (II)	134.507	162.650
<b>TOTAL</b>	<b>4.505.526</b>	<b>4.972.063</b>

(I) Resultado de atos com associados e não associados: FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

#### b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições Sobre Lucros A Pagar	-	28.720
Impostos e contribuições a recolher	13.093	7.136
Impostos e Contribuições sobre Salários	215.115	174.595
Outros	1.274.564	712.206
<b>TOTAL</b>	<b>1.502.772</b>	<b>922.658</b>

### c) Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	-	27.160	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (I)	176.691	-	153.650	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	891.057	-	748.991	-
Provisão para Demandas Judiciais (III)	-	650.664	-	657.330
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (IV)	2.043.276	-	805.146	-
Credores Diversos – País (V)	966.848	-	606.282	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.077.872</b>	<b>650.664</b>	<b>2.341.229</b>	<b>657.330</b>

(I) Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento, referem-se a folha de pagamento de Associados, liquidada pela cooperativa.

(II) Provisões para pagamento de despesas com pessoal, despesas administrativas e outros pagamentos liquidados nos meses subsequentes.

(III) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	650.664	654.700	657.330	640.566
<b>TOTAL</b>	<b>650.664</b>	<b>654.700</b>	<b>657.330</b>	<b>640.566</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB MINEIROS**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

(IV) Provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(V) Credores diversos de liquidação de cobrança, pendências a regularizar em processo de apuração e cheques liquidados no mês subsequente.

### 14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB MINEIROS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	149.656.133	125.421.745
Quantidade de Associados	3.810	3.513

#### b) Reserva Legal - Reserva de Sobras

Reserva legal é representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Reserva estatutária é representada pelas destinações estatutárias para aumento de capital, no percentual de 55%, utilizada para rateio na forma do artigo 27, inciso I, e incorporados às respectivas contas.

#### c) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **12/04/2019** os cooperados deliberaram pela destinação do resultado do exercício findo em **31 de dezembro de 2018** no valor de R\$ **7.661.766** (sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e sessenta e seis reais) sendo o critério de rateio: 10% Reserva legal, 5% Fundo de assistência educacional, 55% Fundo de aumento de capital e 30% sobras ou perdas acumuladas.

#### d) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>17.101.882</b>	<b>24.617.855</b>
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	18.443.488	25.539.221
<b>Destinações estatutárias</b>	<b>(11.568.836)</b>	<b>(16.957.291)</b>
Ajuste Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.341.606	920.164
Outros Ajustes	-	1.200
Reserva legal - 10%	(1.844.349)	(2.553.922)
Fundo Para Aumento de Capital - 55%	(10.143.919)	(14.046.572)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(922.174)	(1.276.961)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	<b>5.533.046</b>	<b>7.661.766</b>

#### 16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ **8.238.541** visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

#### 17. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	576.880	575.233
Rendas de Empréstimos	18.737.330	18.071.542
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.298.325	3.991.364
Rendas de Financiamentos	4.336.607	3.596.348
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Recursos Direcionados à vista	3.207.390	2.123.416
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	892,09
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	760.471	1.732.748
<b>TOTAL</b>	<b>31.917.004</b>	<b>30.091.542</b>

#### 18. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(71.064)	(68.382)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.266.699)	(1.066.080)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(813.318)	(660.501)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.169.742)	(945.084)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.605.391)	(2.110.815)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(62.795)	(55.377)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.679)	(480)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.990.688)</b>	<b>(4.906.717)</b>

#### 19. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(124.379)	(92.467)
Despesas de Aluguéis	(33.020)	(22.454)
Despesas de Comunicações	(168.863)	(90.043)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(70.013)	(64.488)
Despesas de Material	(73.205)	(78.130)
Despesas de Processamento de Dados	(353.772)	(540.714)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(414.732)	(552.555)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(94.034)	(9.476)
Despesas de Publicações	(1.035)	(450)
Despesas de Seguros	(43.997)	(7.316)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(594.311)	(468.133)
Despesas de Serviços de Terceiros	(314.807)	(286.603)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(244.190)	(235.456)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(171.936)	(153.031)
Despesas de Transporte	(52.299)	(68.350)
Despesas de Viagem ao Exterior	(13.401)	-
Despesas de Viagem no País	(78.573)	(48.695)
Despesas de Amortização	(18.929)	(3.667)
Despesas de Depreciação	(548.274)	(284.013)
Outras Despesas Administrativas	(298.826)	(96.755)
Emolumentos judiciais e cartorários	(21.841)	(48.292)
Contribuição a OCE	(16.344)	(150.381)
Rateio de despesas da Central	(609.181)	(566.113)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(207.170)	(84.046)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.567.132)</b>	<b>(3.951.628)</b>

## 20. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	7.565	286.130
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	1.133.615	8.636
Dividendos	380.356	289.989
Deduções e abatimentos		-
Distribuição de sobras da central	-	883.090
Rendas de repasses Delcredere	1.165.067	854.746
Outras rendas operacionais	204.678	684.886
Rendas oriundas de cartões de crédito	402.656	165.682
<b>TOTAL</b>	<b>3.293.938</b>	<b>3.173.159</b>

## 21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	756	-
Outras Rendas não Operacionais	3.197	8.975
(-) Perdas de Capital	(16.425)	(1.108)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(12.472)</b>	<b>7.867</b>

## 22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	9.568.827	1,9178%	77.130
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	28.442.446	5,7005%	188.711
<b>TOTAL</b>	<b>38.011.273</b>	<b>7,6183%</b>	<b>265.841</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>2.435.958</b>	<b>5,1538%</b>	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	274.017	27.075	7,5982%
Conta Garantida	17		0,0027%
Crédito Rural	7.659.994	62.462	14,8229%
Empréstimo	3.598.320	48.141	5,4320%
Financiamento	2.640.473	140.300	8,7692%
Títulos Descontados	856.170	3.715	4,1643%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	9.314.123	12%	0%
Depósitos a Prazo	1.977.268	3,8%	0,3545%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,69%
Empréstimos	1,97%
Financiamento	1,40%
Aplicação Financeira - Pós-Fixada	93,20%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,92%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	3,35%
Crédito Rural (modalidades)	2,25%
Aplicações Financeiras	5,15%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	45.869
Crédito Rural	18.538.543
Empréstimo	3.055.114
Financiamento	4.964.459

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
14.003.085	9.829.564

f) No exercício de **2019**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(71.064)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.266.699)
Encargos Sociais	(252.391)

### 23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO ARAGUAIA LTDA - SICOOB MINEIROS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB MINEIROS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o **SICOOB UNI**:

### 24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 25. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 26. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 27. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 28. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de

análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 29. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

### 30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	185.684.260	166.306.274
Capital Principal - CP	32.459.779	29.458.747
Nível I	32.459.775	29.458.747
Índice de Basileia %	68,65%	67,74%
Razão de Alavancagem (RA) %	39,69%	38,72%
Índice de imobilização %	2,44%	3,27%
Ativos Ponderados pelos Riscos	270.498.155	245.489.558

Clarimundo Brandão Resende  
Diretor Administrativo

Antônio César Moura Moreira  
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

# Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda. – Sicoob Mineiros**  
Mineiros/GO

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda. – Sicoob Mineiros, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Mineiros em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Mineiros é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 26 de março de 2020.

Diego Rabelo Silva Toledo  
Contador CRC/DF 019481/O-4  
CNAI 2090

# Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda – SICOOB MINEIROS, em análise do Balanço do Exercício de 2019, do demonstrativo de contas de sobras e perdas, da prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, e o parecer dos auditores independentes concluem que: as demonstrações contábeis representam adequadamente todos os relevantes aspectos relativos à posição patrimonial e financeira da Cooperativa e, desta maneira, são pela APROVAÇÃO DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES.

**Mineiros - GO, 22 de abril de 2020.**

Joelma Fátima de Sousa Oliveira  
Conselheira Fiscal e Coordenadora

José Alves da Silva  
Conselheiro Fiscal e Secretário

Rafael Hidalgo Xavier da Fonseca  
Conselheiro Fiscal

# Nossas Agências

## Sede Mineiros

Segunda Avenida, Nº 50, Quadra 57,  
Lote 25, Centro, Mineiros - Goiás  
CEP: 75.830-082  
Fone: (64) 3661-1988

## Portelândia

Rua Lamartine Pedro Siqueira, s/n,  
Quadra 71, Lote, 14, Setor Norte,  
Portelândia - GO  
CEP 75.843-000  
Fone: (64) 3666-1696

